

OS ESCOLHIDOS PELO PESQUISADOR DA EXCLUSÃO¹

GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 34, n. 3, p. 618-619, set./dez. 2009.

Urbanidade e Ruralidade é a questão que Marcelo Gomes Justo põe em pauta em seu livro intitulado *A Fresta: Ex- moradores de Rua como Camponeses num Assentamento pelo MST*, resultado de sua tese de doutorado em Geografia Humana, defendida na USP. Uma temática clássica que parece ganhar uma evidência cada vez maior devido aos seus diversos matizes na atualidade.

As Ciências Humanas, desde o seu início se debruçaram sobre a questão da urbanização, do êxodo rural, ou seja, na interação campo-cidade. Em temporalidades e espaços diferentes este parecia ser o caminho da humanidade. A cidade passa a ser vista como o destino da ordem capitalista, do progresso e da modernização. No Brasil, talvez mais tardiamente, esta vivência do encantamento da vida nas cidades, aconteceu aos saltos e orquestrada (de fora e do alto) e não fugiu à regra das crises cíclicas do capital, passando por avanços e recuos, ora com políticas governamentais de valorização da produção econômica do campo, ora da cidade. Programas mais acelerados como a era do “complexo agro-industrial”, valoriza o campo em termos produtivos e expulsa os seus moradores, agora substituídos pela sofisticação tecnológica. O êxodo rural aí veste novas roupagens para atender a lógica do capital que logo depois já inaugura como mostra Justo, um movimento outro, ou seja, o êxodo urbano, uma vez que a população expulsa do campo não tem seu lugar garantido na cidade, assim como parte da população urbana. Para o nosso autor o capitalismo atual impossibilita a inserção dos moradores de rua no mercado assalariado, urbano e automatizado, robotizado. “Exculhidos” é o título original da tese, por ser o nome de uma das associações agrícolas – objeto de estudo do trabalho de campo de Justo. A ambivalência sonora da palavra “exculhidos” parece provocar no autor o paradoxo do fato de que os excluídos podem vir a ser os escolhidos para a construção de uma sociedade pautada na justiça social. E esta contradição é o movimento que permeia a proposta científica e política que Justo apresenta agora ao leitor, resultado do aprendizado que teve com seus atores: os ex-moradores de rua e os camponeses em luta pela terra.

A ambivalência excluído-escolhido parece nomear a própria relação entre a urbanização e a ruralidade ou entre a ruralização e a urbanidade. No estudo de caso de Justo, ele examina um assentamento de reforma agrária conquistado pela luta do MST num município do sudoeste paulista que passa a ser constituído também por novos atores: os moradores de ruas da cidade de São Paulo que se somam aos camponeses deserdados da terra.

Excluídos dos centros urbanos, passam a “escolher” um modo de vida que parece voltar ao passado revitalizando o trabalho com a terra. Não com a “terra prometida”, mas com o campo em conflito aberto, trazendo para o mundo rural uma proposta alternativa ao modo de produção capitalista. O “paraíso perdido” ou nunca desfrutado tem sido resgatado através dos confrontos agrários. A originalidade de *A Fresta* talvez resida exatamente aí, ou seja, ela trata não apenas das agruras da luta pela (re)conquista da terra do MST com os proprietários e o governo, mas leva em conta também os conflitos internos dos assentamentos que passam a ser ocupados por parcelas cada vez mais díspares da maioria excluída.

Difícil alternativa esta “escolhida” pelos deserdados da terra e das ruas da cidade, mas grande a aposta de Justo na possibilidade de seu avanço na alternativa escolhida. O autor aposta que ela vai avançar, desde que ancorada nas noções de rede e de território camponês que propõem a construção de associações pautadas na gestão política democrática dos assentamentos. Aqui, entra em cena a discussão travada por Justo, onde ele passa a figurar como ator central ao se inserir na pesquisa como um cientista que assume o compromisso de ser um interlocutor entre a ciência e a justiça social. Na contracorrente do modo de produção capitalis-

¹ JUSTO, Marcelo Gomes. **A Fresta:** ex- moradores de Rua como Camponeses num Assentamento pelo MST. São Paulo: Humanitas/FAPESP. 2008. 343p. ISBN: 978-85-7732-085-1.

ta busca lançar mão das luzes da ciência para que junto com os camponeses e ex-moradores de ruas possam erguer assentamentos na esteira da reforma agrária, forjando da terra o espaço da justiça social.

A Fresta abre-se para (e por) questões teóricas, geográficas e sociais que precisam enfrentar os conflitos internos entre ex-moradores de ruas e camponeses, camponeses e camponeses que apenas são trazidos à tona pelo trabalho de campo feito pelo autor. É nos assentamentos e durante os momentos em que os grupos e associações estão sendo construídos que estes embates irrompem e não podem ser desconsiderados, mas pelo contrário, precisam ser enfrentados para que se consolidem formas consistentes de geri-los enquanto locais Públicos que possam redundar numa rede de economia solidária.

Acreditamos que mais do que apostar com o autor que este é um caminho possível, embora repleto de agruras, ele depende fundamentalmente da relação entre “ciência e justiça social”, “geografia e ética”. A construção de assentamentos solidários exige mais do que nunca, e esta nos parece ser a inquietação pessoal de nosso pesquisador, a resposta à seguinte questão: “fazer ciência, como, por que e para quem?” Até aqui vimos que tanto os conflitos internos das associações dos camponeses e ex-moradores de ruas quanto os confrontos externos entre MST, governo e proprietários devem ser levados em conta sempre, mas é com esta questão que o pesquisador/ator põe o dedo na sua ferida: a relação de poder sempre presente e tensa entre o eu e o outro, o cientista e o excluído. Para que se estabeleça uma intrincada rede entre ciência, ética e política, o pesquisador deve ter constantemente em mira não apenas os resultados de sua pesquisa, mas os usos que deles serão feitos.

É no complexo processo de Educação, em que o pesquisador que vai a campo e se lança na aventura do conhecimento, portando-se, assim, como um educando, que talvez esteja o antídoto à ciência que utiliza o resultado de seus projetos para a dominação. Justo parece ter matado a charada: o trabalho de campo e a ciência devem aprender a “aprender com o Outro as formas de lutar por justiça social e de lidar com os conflitos” (JUSTO, 2005, p.53). E, assim, voltamos à questão da ambivalência em que o pesquisador e os excluídos não podem ser detentores de territórios exclusivos, desvencilhando teoria e prática e incorrendo no risco do cientista espolar a população estudada, apenas para extrair dados para a sua pesquisa, sem contribuir para que a gestão pública aconteça. Terminamos com as palavras de Justo:

“[...] o papel do pesquisador em campo é o de aprender com os sujeitos práticas que sejam emancipatórias” (JUSTO, 2005, p.60).

MARIA RIBEIRO DO VALLE

(Professora Doutora, Depto. de Sociologia – FCL – UNESP/Campus de Araraquara)

DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA

(Professora Doutora, Depto. de Antropologia, Política e Filosofia – FCL – UNESP/Campus de Araraquara)